

O governo quer acabar com a regra que obriga os fundos de pensão que registram três anos consecutivos de déficit a adotar medidas para liquidar o rombo. O objetivo é criar uma norma que trate os desequilíbrios caso a caso, de acordo com o perfil de cada plano de aposentadoria.

Hoje, há mais de 40 fundos de pensão com déficit atuarial, calculado em R\$ 46 bilhões. Entre essas entidades, estão fundos patrocinados por estatais federais como Caixa Econômica (Funcef), Petrobras (Petros), Correios (Postalís) e BNDES (Fapes).

A indústria dos fundos de pensão detém R\$ 737,6 bilhões em investimentos. Quando um plano registra desequilíbrio atuarial significa que, se fosse obrigado a pagar hoje todos os benefícios atuais e futuros, não haveria recursos suficientes para honrar os compromissos.

Pela norma em vigor, as entidades que apresentam três anos seguidos de deficit precisam apresentar um plano para resolver o desequilíbrio.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Fonte: [Folha de S. Paulo](#), em 16.11.2015.